

Plano
Mais Brasil
Mais Desenvolvimento
Mais Igualdade
Mais Participação

PPA
2012  2015

**Orientações para análise
de consistência do PPA**
a partir da fase quantitativa do orçamento

Brasília, 29 de julho de 2011



Ministério do
Planejamento



Orientações para análise de consistência do PPA

(a partir da fase quantitativa do orçamento)

Sumário

1 INTRODUÇÃO	7
2 ANÁLISE DE CONSISTÊNCIA DA PROPOSTA	9
2.1 Metas	11
2.1.1 Metas que dependem exclusivamente do orçamento	11
2.1.2 Metas que se identificam diretamente com os projetos individualizados como iniciativa no Plano	12
2.1.3 Metas que se materializam sem o uso direto de recursos financeiros	13
2.1.4 Metas que exigem recursos financeiros e um determinado arranjo na implementação da política para se viabilizarem	14
2.2 Projetos individualizados como iniciativas no Plano	16
2.3 Valor Global	16
3 RELATÓRIOS DISPONÍVEIS PARA ANÁLISE DE CONSISTÊNCIA	17
ANEXOS	19



INTRODUÇÃO

Com o fim das oficinas de elaboração dos Programas Temáticos do PPA 2012-2015 a proposta de desenho da fase qualitativa foi discutida no Comitê de Qualidade, oportunidade na qual foram avaliados os aspectos metodológicos das propostas dos programas. A partir das observações do comitê foram feitos ajustes na programação para a validação final da fase qualitativa.

Após essa validação, os órgãos setoriais foram informados sobre os limites orçamentários referentes à previsão de recursos para o período de 2012 a 2015, especificados por exercício financeiro. A partir daí, iniciou-se a captação da proposta setorial quantitativa. Baseado nestas informações, o corpo técnico da SPI fará a análise de consistência do PPA, particularmente o valor global dos programas, os objetivos, as metas e as iniciativas declaradas pelos órgãos. A Figura 1 ilustra, de forma sintética, os processos envolvidos nas fases Qualitativa, Quantitativa e de Consolidação da proposta final do PPA.

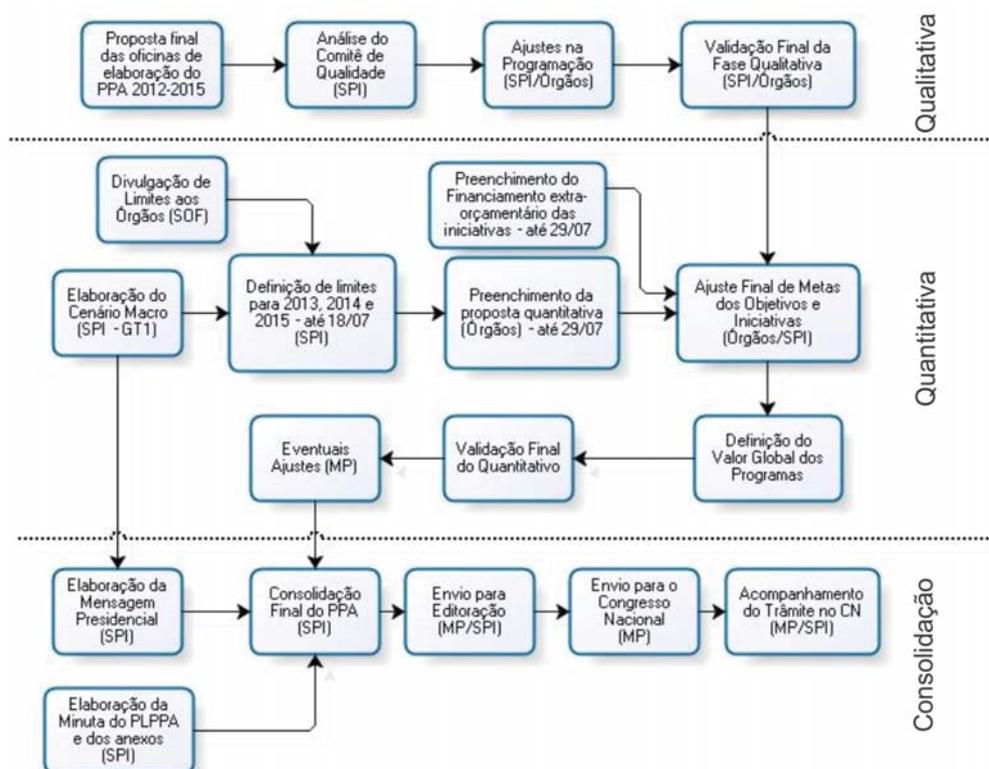


Figura 1 – Fluxograma sintético das fases Qualitativa, Quantitativa e de Consolidação.

A seguir são apresentadas informações sucintas sobre o processo de distribuição dos limites orçamentários aos órgãos, bem como orientações referentes às possibilidades de análise de consistência entre os valores orçados e o estabelecimento dos objetivos, metas, iniciativas e valor global dos programas do PPA.

2. ANÁLISE DE CONSISTÊNCIA DA PROPOSTA

Na distribuição dos limites, a SPI informou aos órgãos setoriais os referenciais monetários relacionados às esferas Fiscal e Seguridade Social para os exercícios de 2013, 2014 e 2015. Tais referenciais tiveram como base os valores relativos aos limites das despesas discricionárias que constam no Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012 (PLOA 2012) distribuídos pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF). O limite informado não contemplou: as despesas com benefícios aos servidores, empregados e seus dependentes; as despesas obrigatórias, inclusive pessoal e encargos sociais; nem as despesas financeiras.

Também não foram contempladas no referencial monetário apresentado aos órgãos os recursos provenientes de doações e convênios recebidos pela União. Caso ainda haja alguma previsão desses ingressos e suas correspondentes ações entre 2013 e 2015 a inclusão desses valores será encaminhada pelos órgãos às áreas da SPI responsáveis pelo acompanhamento dos respectivos Programas Temáticos.

Nesses termos, os recursos relativos às despesas de natureza discricionária foram alocados pelos órgãos em nível de localizador de gasto e dentro dos limites definidos, tal como é feito anualmente para o orçamento. Os recursos relacionados às demais despesas (benefícios; obrigatórias, inclusive de pessoal e encargos sociais, e despesas financeiras) foram projetados pelo MP de forma centralizada pela equipe do Grupo de Cenários.

Vale ressaltar que foi disponibilizado no SIOP uma função de projeção automática para os valores financeiros de 2013, 2014 e 2015 com base no valor lançado para o PLOA 2012, utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA / IBGE). A função pode ser utilizada em cada projeção de despesa feita para um localizador de gasto específico. Tal funcionalidade está disponível para as ações do tipo atividade e operações especiais, no caso dos valores financeiros. As projeções do físico deverão ser preenchidas pelos órgãos.

Destaca-se, ainda, que os recursos oriundos do orçamento de investimento das estatais (classificados na esfera 30) também foram preenchidos pelas empresas estatais, a partir de orientações tanto da SPI quanto do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST).

Finalizada a alocação dos valores por parte dos órgãos, inicia-se a fase de análise de consistência entre os principais atributos do Plano (objetivos, metas e iniciativas) e a realidade orçamentária. As novas informações advindas da fase quantitativa poderão exigir revisão das metas e das iniciativas anteriormente definidas na fase qualitativa, além de propiciar uma análise do valor global dos programas.

Em termos gerais, a proposta quantitativa deverá refletir a devida alocação dos recursos que irá auxiliar a consecução dos objetivos e das metas estabelecidas no Plano, mantendo a coerência com o Orçamento e com a estimativa plurianual. Dessa forma, é fundamental que as informações finais do PPA, em especial as metas:

- representem uma alocação realista com foco nas Agendas Prioritárias do Governo, como o Plano Brasil Sem Miséria - BSM e o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC;
- estejam em consonância com o volume de recursos financeiros alocados ;
- garantam a consistência do valor do programa entre o ano orçamentário e os três anos subsequentes.

A análise da proposta, tendo-se como referência os pontos supracitados, remete à utilização do máximo de informações disponíveis para avaliação da coerência das informações. Particularmente, será necessário conhecer tanto as agendas prioritárias quanto o padrão histórico de gastos relativo às metas, em especial as que dependem de financiamento exclusivo da União. Dentre as informações disponíveis, os técnicos da SPI poderão utilizar como referência, em especial:

- o PAC;
- o BSM;
- as declarações da Presidenta e dos governantes relacionados ao tema;
- o balanço de 8 anos do Governo Lula;
- os relatórios de gestão dos órgãos;
- a mensagem presidencial que inaugura a sessão legislativa.

Nesses termos, a análise de consistência deve partir de uma visão sistêmica do programa, com atenção especial para:

1. as metas;
2. os projetos individualizados como iniciativas no Plano;
3. o valor global do programa.

2.1 Metas

Para a análise do quantitativo é importante considerar as relações entre as metas declaradas no Plano e o Orçamento disponível. Por isso, convém considerar as metas que:

1. dependem exclusivamente do orçamento;
2. são projetos individualizados como iniciativa;
3. materializam-se sem o uso direto de recursos financeiros previsto em ações específicas;
4. exigem, além dos recursos financeiros previstos, determinados arranjos concernentes à implementação.

A seguir seguem exemplos de cada tipo de meta e breves comentários com sugestões para auxiliar a análise.

2.1.1 Metas que dependem exclusivamente do orçamento

Neste caso, a análise deve se concentrar nas ações do orçamento, nas relações existentes com outras ações do conjunto de Iniciativas que concorrem para o mesmo Objetivo e na contribuição dessas ações para o atingimento da meta. Embora as ações orçamentárias indiquem os insumos necessários para a consecução dos Objetivos e, conseqüentemente, para o atingimento da meta, o somatório dos insumos não é a própria meta. Por isso, a análise do técnico não pode se prender à análise restrita dos produtos do orçamento.

O conhecimento da política e a comparação com a realização pretérita da meta são ferramentas úteis para compreender se o valor alocado no orçamento viabiliza a meta declarada no PPA.

EXEMPLO: PROGRAMA SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

- **Objetivo:** Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.
- **Meta:** 100 % de estados federados e Distrito Federal equipados com pelo menos 1 Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (LABs) em condições adequadas de operação.
- **Iniciativa (mais diretamente relacionada):** Consolidação da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) e seus produtos.
- **Ações vinculadas à Iniciativa:**
 - 8217 - Implementação da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA)
- **Produto da ação:** Projeto apoiado

Percebe-se que a declaração do Plano (Objetivo, Meta e Iniciativas) é diferente da declaração do Orçamento (ações e produtos). Ainda assim os insumos do Orçamento contribuem para o alcance das metas do Plano. Por isso é preciso qualificar a análise quantitativa a partir do conhecimento sobre a política e da execução pretérita.

Observação: Há ocasiões em que a meta declarada no Plano é a própria ação orçamentária. Aqui, o vínculo entre Plano e Orçamento é absoluto e, portanto, é possível que a análise quantitativa forneça todos os elementos para avaliação da viabilidade da meta do Plano e eventuais correções.

EXEMPLO: PROGRAMA POLÍTICA NUCLEAR

- **Objetivo:** Aumentar o fornecimento e a capacidade de produção de radioisótopos e radiofármacos no país, para ampliar o acesso à medicina nuclear pela população brasileira.
- **Meta:** Implantar 75% do Reator Multipropósito Brasileiro.
- **Ação:** 12P1 - Implantação do Reator Multipropósito Brasileiro.

2.1.2 Metas que se identificam diretamente com os projetos individualizados como iniciativa no Plano.

Nesses casos a análise deverá se concentrar na coerência dos atributos da iniciativa individualizada (data de início, data de término, custo total), no valor alocado para o período do Plano (proporcional ao custo total do projeto) e na sua contribuição para o atingimento da meta.

EXEMPLO: PROGRAMA TRANSPORTE RODOVIÁRIO

- **Objetivo:** Promover a expansão da malha rodoviária federal buscando a integração regional e interestadual e o atendimento aos fluxos de transporte de grande relevância econômica.
- **Meta:** Construir 4.858,9 km de Rodovias.
- **Projetos individualizados como iniciativa (alguns):**
 - Construção da BR-080/GO;
 - Construção da BR-135/BA;
 - Construção da BR-146/MG.

É importante lembrar que, caso não haja recurso financeiro para algum projeto que tenha impacto direto na meta do objetivo será preciso ajustar a meta ou a alocação do recurso, se comprovada uma possível inversão de prioridades por parte do órgão.

Considere o seguinte caso hipotético para efeitos didáticos: suponha que a construção da BR-080/GO esteja prevista para 2015 e contribua com 1.000 km para o total da meta. Se esse projeto possuir recurso financeiro para a construção de apenas

750 km de rodovia no período do Plano, dever-se-ia abater os 250 km restantes da meta declarada. Ou seja, $4.858,9 \text{ km} - 250 \text{ km} = 4.608,9 \text{ km}$, que seria a nova meta para o objetivo em questão. Entretanto, se a BR-080/GO for prioridade do Governo, deve-se sugerir ao órgão um rearranjo na alocação de forma a contemplar, de forma integral, a construção da rodovia.

Em suma, o técnico deverá manter a coerência entre os atributos do Plano e os recursos alocados, especialmente entre as metas declaradas no Plano e as ações orçamentárias.

Para subsidiar tais análises alguns relatórios estarão disponíveis, conforme orientações mais adiante.

2.1.3 Metas que se materializam sem o uso direto de recursos financeiros.

Essas, de certa forma, já foram analisadas na fase qualitativa. Entretanto vale outro julgamento técnico com um olhar mais agregado, que considere toda dimensão de implementação (contexto geral) do objetivo e do próprio programa sob análise.

Em alguns casos pode ser que determinada meta qualitativa seja prejudicada em virtude de eventual frustração na alocação de recursos em determinadas ações do orçamento que, no contexto do objetivo, são essenciais para a consecução do conjunto das metas. Ou seja, a meta foi concebida em um contexto que presumia determinado valor orçamentário para um conjunto de ações. Ocorre que, se as condições orçamentárias mudarem, pode haver alteração na viabilidade de determinadas metas correlatas. Nesse caso, o técnico deve interpretar o contexto e utilizar o conhecimento da política para identificar as necessidades de eventuais alterações. Entretanto, em diversos casos as metas qualitativas não sofrem impacto direto do orçamento.

EXEMPLO: PROGRAMA OFERTA DE ÁGUA

- **Objetivo:** Formular a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica e elaborar seus principais instrumentos, de forma a organizar o Setor e a atuação do Estado.
- **Meta:** Implementar a gestão do Projeto de Integração do São Francisco.
- **Iniciativa:** Elaboração dos marcos legal e institucional da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, inclusive com instrumentos para: (a) gestão e garantia da sustentabilidade, (b) transferência de empreendimentos.

Também para efeitos didáticos, considere a meta supracitada relacionada ao Programa “Oferta de Água”. Ocorre que para viabilizar a meta de implementação da gestão do Projeto de Integração do São Francisco no período do Plano, é preciso garantir a execução da obra no prazo previsto. Caso isso não ocorra, a referida meta torna-se inócua. Vale ressaltar que o Projeto de Integração do São Francisco é um projeto individualizado como Iniciativa no Plano e depende do aporte de recursos financeiros exclusivos da União.

2.1.4 Metas que exigem recursos financeiros e um determinado arranjo na implementação da política para se viabilizarem.

Adicionalmente à análise puramente quantitativa, os técnicos deverão considerar a capacidade de implementação de possíveis arranjos necessários para o alcance das metas. Tais arranjos de implementação das políticas podem ser mais importantes do que os próprios recursos orçamentários para a consecução deste tipo de meta, e se materializam de diversas formas: um acordo federativo, uma cooperação entre Ministérios, o estabelecimento de um pacto entre governo e sociedade para uma determinada ação, dentre outros. Nesses casos, a avaliação da viabilidade desse arranjo deve ser feita concomitantemente à análise dos recursos da União destinados à(s) meta(s).

EXEMPLO 1: PROGRAMA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

- **Objetivo:** Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda e pessoas com deficiência.
- **Meta:** Elevar o número de matrículas da educação profissional técnica de nível médio, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.
- **Iniciativa:** Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade.
 - **Ação:** 20RG - Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.
- **Iniciativa:** Promoção de condições de permanência e ampliação do acesso em instituições públicas e privadas, também por meio de vagas gratuitas e oferta de financiamento estudantil a alunos do ensino médio público, trabalhadores, populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda, pessoas com deficiência e beneficiários de programas sociais;
 - **Ação:** 2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional.

A análise da meta, portanto, deverá considerar tanto a alocação orçamentária para essas ações no período do Plano como a organização da rede de educação profissional e tecnológica, que conta com unidades federais, mas também com vagas ofertadas por estados, municípios e pela iniciativa privada. Neste último caso, por exemplo, o governo federal pode aprovar concessões de bolsas de estudos mediante renúncia fiscal.

EXEMPLO 2: PROGRAMA REFORMA AGRÁRIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

- **Objetivo:** Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.
- **Meta:** Assentar 200 mil famílias.
- **Meta:** Criar 800 projetos de assentamentos.
- **Iniciativa:** Aperfeiçoamento do marco legal do licenciamento ambiental nos projetos de assentamento. (Medida Institucional)
- **Iniciativa:** Articulação institucional para captação de investimentos complementares à qualidade de vida nos projetos de assentamento. (Medida Institucional)
- **Iniciativa:** Criação de projetos de assentamento para o público da Reforma Agrária, prioritariamente de projetos de assentamento diferenciados ambientalmente na Amazônia Legal, tais como o Projeto de Assentamento Extrativista (PAE), Projeto de Assentamento Florestal (PAF) e Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS).
- **Ações:**
 - 8387 - Avaliação de Imóveis Rurais;
 - 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária e
 - 0427 – Concessão de crédito instalação.

Como alternativa de análise deste tipo de meta e tendo-se como referência o último exemplo, pode-se verificar no Balanço de 8 anos do Governo LULA que, de 2003 a outubro de 2010, foram assentadas 586 mil novas famílias e a criação de 3,4 mil novos assentamentos. Ou seja, de acordo com a execução pretérita pode-se inferir que a meta é factível. Uma análise técnica informa que os arranjos federativos, legais, ambientais e institucionais, que são imprescindíveis para a política, estão avançando e, então, cabe agora uma análise mais aprimorada do valor alocado no orçamento para validar o programa em questão.

Para todos os casos comentados é imprescindível ter o conhecimento da atual política do Governo, de suas prioridades e da programação anterior; realizar o mapeamento prévio das possíveis pressões orçamentárias na estimativa plurianual das prioridades do Governo (PAC, BSM e educação, por exemplo) e identificar as ações do tipo projeto mais relevantes que compõem as iniciativas agregadas para uma análise mais criteriosa.

2.2 Projetos individualizados como iniciativas no Plano

Os projetos individualizados como iniciativas no Plano, além dos que se identificam diretamente com as metas declaradas, expressam aqueles de maior relevância para cada Programa Temático e, por conseguinte, para o Plano.

Nesse sentido, boa parte dos empreendimentos que fazem parte do PAC, por exemplo, serão individualizados como iniciativas no PPA. Cabe, portanto, uma análise de consistência quantitativa mais aprofundada e que considere as informações sobre os projetos produzidas pela equipe que acompanha o PAC. Aqueles projetos individualizados e que não são PAC também merecem atenção dos técnicos por estarem destacados no PPA. Em ambos os casos é importante que a proposta quantitativa reflita:

- Sua continuidade, de forma a priorizar o que está em andamento e evitar a pulverização de recursos;
- a compatibilidade entre o custo total e o alocado no período do Plano;
- a coerência das informações prestadas com outras fontes oficiais, como os Balanços e os Relatórios do PAC.

Especialmente para as ações do tipo projeto há alguns relatórios disponíveis com vistas a subsidiar a análise dos técnicos.

2.3 Valor Global

O Valor Global indica uma estimativa dos recursos alocados nos Programas do PPA. Destaca-se a relação direta desse atributo com o Orçamento, visto que o somatório do valor das ações orçamentárias vinculadas será o valor global do programa. As exceções são os financiamentos oriundos de outras fontes, especificamente para os casos dos Programas Temáticos.

Nesse sentido, cabe uma análise mais detalhada da alocação dos valores relacionados às esferas Fiscal e Seguridade Social do Orçamento, devido a necessidade de possíveis ajustes das metas do Plano ou da própria alocação dos recursos que dependem exclusivamente de recursos da União. Parte da análise referente ao valor global é feita quando se analisa a relação entre as metas declaradas do plano e o orçamento, entretanto, é conveniente analisar os valores programados de forma agregada para identificar possíveis incoerências.

Deve-se checar, inclusive, a consistência das ações no orçamento de 2012 e das estimativas plurianuais que compõem o valor global. Para tal propósito, há relatórios específicos que revelam algumas inconsistências de informações presentes no sistema, como ações tipo atividade que não possuem valores financeiros, ações do tipo projeto sem datas de início e de término, entre outros.

3 - Relatórios Disponíveis para Análise de Consistência

Possíveis inconsistências na proposta quantitativa poderão ser verificadas por meio da consulta a um conjunto de relatórios disponíveis no Centro de Informações da SPI (<http://spi.planejamento.gov.br:8080>). Os relatórios disponíveis no sistema bem como uma breve descrição de sua finalidade principal estão descritos a seguir:

Título do Relatório	Finalidade
Variação do Custo Unitário	Verifica a consistência entre o valor alocado no PLOA e os anos subsequentes conforme a porcentagem selecionada. Identifica possíveis inflexões na alocação que podem também se materializar em inflexões nas metas. Identifica possíveis inversões de prioridades na alocação.
Ausência de programação física ou financeira	Identifica inconsistências em ações, como: atividades sem continuidade, projetos sem data de início ou de término, ausência de custo total do projeto e ações que iniciam em 2012 mas não estão no PLOA. Revela possíveis projetos com alocação insuficiente no PPA, considerando o prazo e o custo do projeto.
Comparativo entre limite e programação	Compara o valor do limite e do valor programado (destacando o PAC e o BSM), por órgão e por UO. Revela o valor programado pelo órgão por programa, por tipo de ação, tipo de despesa, tipo de detalhamento e tipo de financiamento.
Projetos sem continuidade	Revela possíveis projetos iniciados sem continuidade adequada no PPA.
Proporção da execução financeira	Verifica se os valores financeiros alocados estão, minimamente, respeitando a proporção do tempo de duração do projeto. Identifica possíveis janelas orçamentárias.
Previsão da Execução Física e Financeira – por U.O.	Informa a programação física e financeira de todas as ações (agregadas) por órgão ou por programa, com o tipo de detalhamento para o período do Plano.
Propostas já enviadas por Órgão / U.O.	Mostra a quantidade de propostas do órgão relacionadas por U.O. e com a identificação do grupo e do momento da proposta.
Metas e Propostas	Informa as metas relacionadas aos objetivos e todas as ações orçamentárias que contribuem para sua viabilização, detalhando a previsão física e financeira para o período do plano (ano a ano).

Título do Relatório	Finalidade
Status da captação plurianual	Mostra o percentual de propostas entregues por órgão selecionado, com a opção de consultar quais localizadores não foram preenchidos.
Programação consolidada por U.O.	Mostra o valor total programado por U.O. (incluindo o orçamento de investimentos) para o órgão selecionado.
Programação detalhada	Espelho da programação plurianual em nível de localizador, incluindo localizadores sem proposta.

Por fim, é oportuno que os técnicos realizem a análise quantitativa de forma sistêmica e considerem os atributos do Plano, tendo em vista que eles serão objetos de monitoramento e avaliação do PPA. Resta lembrar que, após o envio da programação quantitativa para o momento qualidade, eventuais ajustes só poderão ser feitos pelos técnicos do departamento que possuem perfil Controle de Qualidade - SPI. Importante destacar, ainda, que os ajustes na programação qualitativa do PPA (metas e iniciativas) podem ser feitas no âmbito de cada diretoria, visto que todas as diretorias temáticas dispõem de ao menos uma senha com perfil controle de qualidade.

Anexos exemplos de cada tipo de relatório disponível no sistema para a análise quantitativa.

Eventuais ajustes deverão ser discutidos no âmbito de cada diretoria e acordados com os respectivos órgãos. Caso persista algum impasse no ajuste da proposta, o Comitê de Qualidade deverá ser informado para avaliar o assunto.

Os técnicos da SPI terão até o dia 10 de agosto para finalizarem a análise de consistência da proposta quantitativa.

Eventuais dúvidas e ou questionamentos sobre a análise quantitativa devem ser direcionadas ao Departamento de Gestão do Ciclo do Planejamento.



ANEXOS EXEMPLOS DE RELATÓRIOS



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos



Variação do Custo Unitário Entre Anos do PPA

Programa: 2025 Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia, Órgão: Todos os órgãos, Limite de variação: 50 %

U.O.	Programa	Ação	Localizador	Tipo Detalh.	Custo Unitário Previsto (R\$ mil)				Variação (%)		
					2012	2013	2014	2015	2013 / 2012	2014 / 2013	2015 / 2014
41202U	2025 Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	147A Implantação de Infraestrutura de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Copa e Grandes Eventos	0001 Nacional	Outras	80.000,00	50.000,00	50.000,00	20.000,00	-37.50	0.00	-60.00
24101U	2025 Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	1E13 Apoio a Espaços Públicos de Inclusão Digital	0001 Nacional	Outras	3.000,00	0,00	0,00	0,00	-100.00	0.00	0.00
41202U	2025 Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	12OF Implantação da Infraestrutura da Rede Nacional de Banda Larga	0030 Na Região Sudeste	Outras	607.475,84	683.923,65	593.260,33	288.785,81	12.58	-13.26	-51.32
41202U	2025 Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	146Z Lançamento de Satélite de Comunicação	0001 Nacional	Outras	60.000,00	64.000,00	572.000,00	20.000,00	6.67	793.75	-96.50
41101U	2025 Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	20LQ Estudos e Levantamentos de Dados de Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs	0001 Nacional	Outras	0,00	1.000,00	600,00	1.000,00	∞	-40.00	66.67
41202U	2025 Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	147C Lançamento de Cabo Oceânico para Interconexão Brasil - Estados Unidos.	0001 Nacional	Outras	147.500,00	207.500,00	78.500,00	7.000,00	40.68	-62.17	-91.08
41202U	2025 Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	147B Implantação de Infraestrutura de Telecomunicações para a Rede Nacional de Televisão Pública Digital Terrestre – RNTPD	0040 Na Região Sul	Outras	38.000,00	44.571,43	11.282,61	18.804,47	17.29	-74.69	66.67
41101U	2025 Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	2184 Ampliação e Manutenção de Conexão à Internet para Inclusão	0001 Nacional	Outras	54.426,00	95.000,00	95.000,00	95.000,00	74.55	0.00	0.00
24101U	2025 Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	6492 Fomento à Elaboração e Implantação de Projetos Tecnológicos de Inclusão Digital	0001 Nacional	Outras	1.375,00	0,00	0,00	0,00	-100.00	0.00	0.00
41202U	2025 Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	147B Implantação de Infraestrutura de Telecomunicações para a Rede Nacional de Televisão Pública Digital Terrestre – RNTPD	0010 Na Região Norte	Outras	16.285,71	10.285,71	18.804,35	9.687,15	-36.84	82.82	-48.48
41202U	2025 Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	147B Implantação de Infraestrutura de Telecomunicações para a Rede Nacional de Televisão Pública Digital Terrestre – RNTPD	0030 Na Região Sudeste	Outras	86.857,14	68.571,43	97.782,61	45.016,76	-21.05	42.60	-53.96
41202U	2025 Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	146Y Lançamento de Cabo Oceânico para Interconexão Brasil - Europa.	0001 Nacional	Outras	147.500,00	207.500,00	78.500,00	7.000,00	40.68	-62.17	-91.08
41101U	2025 Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	13ZV Apoio a Projetos de Inclusão Digital	0001 Nacional	Outras	44.000,00	2.898,00	3.880,00	10.128,00	-93.41	33.89	161.03



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos



Ausência de Programação Física / Financeira

Programa: Todos os programas, Órgão: 25000 Ministério da Fazenda, Tipo de ação: Todos os tipos de ação

U.O.	Programa	Dados do Localizador			Datas		Programação Financeira (R\$ mil)				Programação Física				
		Tipo	Ação	Tipo	Localizador	Início	Término	2012	2013	2014	2015	2012	2013	2014	2015
25103U	2110 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda	Gst.	2013 Funcionamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF)	Atv.	0101 Nacional (Crédito Extraordinário)			0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0
25103U	2110 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda	Gst.	2B93 Sistema Integrado de Informações - SINTEGRA	Atv.	0001 Nacional			5.743,45	0,00	0,00	0,00	29	0	0	0
25101U	2039 Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional	Tem.	1O64 Aperfeiçoamento e Modernização Institucional do Tesouro Nacional - PROMAT.TN	Prj.	0001 Nacional	01/01/2012	01/12/2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0
25104U	2110 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda	Gst.	2244 Recuperação de créditos, consultoria, representação judicial e extrajudicial da Fazenda Nacional	Atv.	0101 Nacional (Crédito Extraordinário)			0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0
25101U	2110 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda	Gst.	2069 Análise dos Reajustes de Preços e Tarifas de Serviços Públicos	Atv.	0001 Nacional			0,00	0,00	0,00	0,00	0	1	1	1
25202U	0781 Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Federais	Gst.	3252 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário	Prj.	0015 No Estado do Pará	01/01/2012	31/12/2015	0,00	1.024,40	1.072,26	1.134,26	0	2	2	2
25202U	0781 Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Federais	Gst.	3252 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário	Prj.	0017 No Estado do Tocantins	01/01/2012	31/12/2015	0,00	1.024,40	1.072,26	1.134,26	0	2	2	2



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos



Comparativo Limite x Proposta

Órgão: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

LIMITES					
Órgão	Nome	2012	2013	2014	2015
55000	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	20.137.344.040,00	21.043.524.522,00	21.990.483.125,00	22.980.054.866,00
Programado		20.137.344.040,00	21.039.933.521,00	21.986.751.450,00	22.976.177.159,00

Programado - Unidades orçamentárias					
U.O.		2012	2013	2014	2015
55101	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	18.779.045.293,00	19.620.511.393,00	20.503.455.342,00	20.503.455.342,00
55901	Fundo Nacional de Assistência Social	1.358.298.747,00	1.419.422.128,00	1.483.296.108,00	1.483.296.108,00
TOTAL		20.137.344.040,00	21.039.933.521,00	21.986.751.450,00	21.986.751.450,00

Programado - Programa					
Programa		2012	2013	2014	2015
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	0,00	0,00	0,00	0,00
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	Bolsa Família	17.657.710.147,00	18.452.307.099,00	19.282.660.920,00	20.150.380.660,00
2037	Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	1.120.928.003,00	1.171.369.720,00	1.224.081.353,00	1.279.165.017,00
2062	Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	251.388.900,00	262.701.380,00	274.522.930,00	286.876.467,00
2067	Resíduos Sólidos	9.000.000,00	9.405.000,00	9.828.225,00	10.270.495,00
2069	Segurança Alimentar e Nutricional	917.379.479,00	958.681.589,00	1.001.843.197,00	1.046.948.028,00
2071	Mercado de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00
2122	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	180.937.511,00	185.468.733,00	193.814.825,00	202.536.492,00
TOTAL		20.137.344.040,00	21.039.933.521,00	21.986.751.450,00	22.976.177.159,00

Programado - Tipo de ação					
Tipo de ação		2012	2013	2014	2015
Atividade		20.010.566.815,00	20.907.428.595,00	21.848.262.860,00	22.831.434.695,00
Operações Especiais		0,00	0,00	0,00	0,00
Projeto		126.777.225,00	132.504.926,00	138.488.590,00	144.742.464,00
TOTAL		20.137.344.040,00	21.039.933.521,00	21.986.751.450,00	22.976.177.159,00

Programado - Tipo de despesa					
Tipo de despesa		2012	2013	2014	2015
Despesas Correntes		19.932.386.756,00	20.825.733.894,00	21.762.895.519,00	22.742.229.600,00
Despesas de Capital		204.957.284,00	214.199.627,00	223.855.931,00	233.947.559,00
Despesas de Capital - Orçamento de Investimento		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		20.137.344.040,00	21.039.933.521,00	21.986.751.450,00	22.976.177.159,00

Programado - PAC e BSM					
Tipo de detalhamento		2012	2013	2014	2015
BSM		2.414.609.049,00	2.523.286.427,00	2.636.855.240,00	2.755.535.622,00
PAC		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		2.414.609.049,00	2.523.286.427,00	2.636.855.240,00	2.755.535.622,00

Programado - Tipo de financiamento					
Tipo de financiamento		2012	2013	2014	2015
Fiscal/Seguridade		20.137.344.040,00	21.039.933.521,00	21.986.751.450,00	22.976.177.159,00
TOTAL		20.137.344.040,00	21.039.933.521,00	21.986.751.450,00	22.976.177.159,00



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos



Projetos sem continuidade

Projetos já iniciados ou com início previsto no PLOA sem continuidade na programação financeira do PPA (por órgão)

TODOS OS PROGRAMAS

Órgão: 53000 - Ministério da Integração Nacional

Programa: 2013 - Agricultura Irrigada														
U.O.	Ação	Localizador	Data início	Data término	Até 2010	Previsto 2011	2012	2013	2014	2015	Custo Total (Ação)	Custo Total (Localiz.)	Montante não program. (Ação)	Montante não program. (Localiz.)
53201	148C - Adequação da Infraestrutura Viária de Acesso aos Perímetros de Irrigação	0001 - Nacional	01/01/12	01/12/15			0,00	0,00	500.000,00	500.000,00	80.000.000,00	80.000.000,00	79.000.000,00	79.000.000,00

Programa: 2026 - Conservação e Gestão de Recursos Hídricos														
U.O.	Ação	Localizador	Data início	Data término	Até 2010	Previsto 2011	2012	2013	2014	2015	Custo Total (Ação)	Custo Total (Localiz.)	Montante não program. (Ação)	Montante não program. (Localiz.)
53204	142A - Desenvolvimento de ações hidroambientais integradas com ações de fortalecimento do capital humano, em microbacias selecionadas no semiárido	0001 - Nacional	01/01/12	31/12/15			0,00	200.000,00	300.000,00	500.000,00	4.800.000,00	0,00	3.800.000,00	(1.000.000,00)
53204	141Y - Recomposição e Manutenção das Áreas de Preservação Ambiental dos Açudes Públicos do DNOCS.	0001 - Nacional	01/01/12	12/12/15			0,00	200.000,00	300.000,00	500.000,00	2.000.000,00	0,00	1.000.000,00	(1.000.000,00)
53204	142D - Estruturação e consolidação de Comissões Gestoras, Associações de Usuários de Água, em Reservatórios Federais na Região Semiárida	0001 - Nacional	03/01/12	31/12/15			0,00	100.000,00	200.000,00	400.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	300.000,00	300.000,00
53204	141V - Estruturação e Implantação de Sistema de Telesupervisão e Telemetria em Reservatórios do Semiárido Brasileiro, com o objetivo de monitoramento hidrológico	0001 - Nacional	01/01/12	31/12/15			0,00	300.000,00	250.000,00	250.000,00	1.000.000,00	0,00	200.000,00	(800.000,00)



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos



Proporção da Execução Financeira

Previsão da execução financeira inferior a percentagem mínima para execução até o final do PPA - Projetos

Programa: 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação
TODOS OS ÓRGÃOS

Programa: 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação																
U.O.	Ação	Localizador	Indivi (S/N)	Data início	Data término	Até 2010	Previsto 2011	2012	2013	2014	2015	Custo Total (Ação)	Custo Total (Localiz.)	% execuç: mínimo no PPA	% execuç: até 2015 (Ação)	% execuç: até 2015 (Localiz.)
24101	13CL - Construção de uma Fonte de Luz Síncrotron de 3ª geração – SIRIUS pela Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron – ABTLuS – OS	0001 - Nacional	S	01/01/12	31/12/17			15.530.000,00	15.530.000,00	16.228.850,00	16.959.148,00	197.041.000,00	197.041.000,00	66,67%	32,61%	32,61%
28233	13DM - Conclusão da Infraestrutura Física e Laboratorial do Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA.	0001 - Nacional	N	01/01/12	30/06/16			1.000,00	1.000,00	1.092,00	1.092,00	25.500.000,00	0,00	80,00%	0,02%	0,00%



Status da Captação Plurianual

Exercício: 2012, Órgão: 54000 Ministério do Turismo, Momento: Todos os momentos

U.O.	Grupo	Momento	Qtde. Proposta
Órgão: 54000 M. do Turismo			
54101 M. do Turismo	Demais Despesas Discricionárias	Órgão Central	2
54201 EMBRATUR	Demais Despesas Discricionárias	Órgão Central	



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos



Previsão Física e Financeira por Ação

Órgão: 56000 Ministério das Cidades
Todos os programas

56101 - Ministério das Cidades		Tipo Detalh.	2012	2013	2014	2015
0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis	Físico	- (-)				
	Financeiro	Total	39.000,00	0,00	0,00	0,00
		BSM	0,00	0,00	0,00	0,00
		OUTRAS	39.000,00	0,00	0,00	0,00
		PAC	0,00	0,00	0,00	0,00
0906 - Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)						
0284 - Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa	Físico	- (-)				
	Financeiro	Total	0,00	0,00	0,00	0,00
		BSM	0,00	0,00	0,00	0,00
		OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00
		PAC	0,00	0,00	0,00	0,00
2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres						
10SG - Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável e de Manejo de Águas Pluviais em municípios com população superior a 50 mil habitantes ou integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico	Físico	Família beneficiada (unidade)	49.773,00	0,00	0,00	0,00
	Financeiro	Total	668.670.174,00	0,00	0,00	0,00
		BSM	0,00	0,00	0,00	0,00
		OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00
		PAC	668.670.174,00	0,00	0,00	0,00
20NN - Planejamento e monitoramento da ocupação urbana em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos	Físico	Município apoiado (unidade)	8,00	24,00	25,00	26,00
	Financeiro	Total	3.000.000,00	3.387.865,00	3.540.346,00	3.699.635,00
		BSM	0,00	0,00	0,00	0,00
		OUTRAS	3.000.000,00	3.387.865,00	3.540.346,00	3.699.635,00
		PAC	0,00	0,00	0,00	0,00
8865 - Apoio ao Planejamento e Execução de Obras de Contenção de Encostas em Áreas Urbanas	Físico	Município apoiado (unidade)	100,00	0,00	0,00	0,00
	Financeiro	Total	400.000.000,00	0,00	0,00	0,00
		BSM	0,00	0,00	0,00	0,00
		OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00



Relatório de Metas e Propostas

Programa 2034 Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial

Objetivo 0772 Promover a incorporação da perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais, articulando ministérios e demais órgãos federais, estados e municípios.

Órgão Responsável 20126 Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Metas

Construir um sistema integrado de informações sobre as políticas governamentais numa perspectiva de igualdade racial e de gênero.

Produzir e publicar relatórios periódicos de monitoramento das políticas de promoção da igualdade racial, incluindo a perspectiva de gênero;

Propostas

20TC - Monitoramento e Avaliação de Políticas e Programas de Promoção da Igualdade Racial U.O.: 20126

	2012	2013	2014	2015
financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
físico	0,00	0,00	0,00	0,00

2D54 - Apoio a Conselhos e Organismos Governamentais de Promoção da Igualdade Racial U.O.: 20126

	2012	2013	2014	2015
financeiro	3.650.000,00	3.814.250,00	3.985.890,00	4.165.255,00
físico	65,00	65,00	65,00	65,00

Objetivo 0773 Promover ações afirmativas no âmbito da ação governamental visando a corrigir as desigualdades raciais e assegurar a igualdade de oportunidades.

Órgão Responsável 20126 Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Metas

Ampliar a proporção de negros/as em posições valorizadas no serviço público

Construir cadastro de programas de ações afirmativas no âmbito das três esferas de Governo e da iniciativa privada.

Estabelecer acordos para a inclusão da população negra no mercado de trabalho.

Propostas

8362 - Apoio a Iniciativas para a Promoção da Igualdade Racial U.O.: 20126

	2012	2013	2014	2015
financeiro	4.350.000,00	4.545.750,00	4.750.308,00	4.964.072,00
físico	80,00	80,00	80,00	80,00

Objetivo 0774 Disseminar e adotar medidas que garantam a efetividade dos marcos legais referentes ao enfrentamento do racismo e à promoção da igualdade racial.

Órgão Responsável 20126 Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Metas

Ampliar a capacidade de acolhimento, apuração e resposta a denúncias dando maior efetividade às ações do Estado nos casos de racismo no âmbito das instituições públicas.

Criar rede de atenção integral às vítimas do racismo e da discriminação racial, articulando esforços de diferentes instituições públicas.

Propostas



Status da Captação Plurianual

Órgão	Localizadores	Propostas	% Preenchimento
20000 Presidência da República	432	373	86,34%
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	130	113	86,92%
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia	274	233	85,04%
25000 Ministério da Fazenda	271	248	91,51%
26000 Ministério da Educação	2085	858	41,15%
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	118	118	100,00%
30000 Ministério da Justiça	207	65	31,40%
32000 Ministério de Minas e Energia	504	347	68,85%
33000 Ministério da Previdência Social	77	44	57,14%
35000 Ministério das Relações Exteriores	86	61	70,93%
36000 Ministério da Saúde	554	440	79,42%
38000 Ministério do Trabalho e Emprego	92	0	0,00%
39000 Ministério dos Transportes	989	262	26,49%
41000 Ministério das Comunicações	67	52	77,61%
42000 Ministério da Cultura	182	159	87,36%
44000 Ministério do Meio Ambiente	230	198	86,09%
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	100	0	0,00%
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	109	93	85,32%
51000 Ministério do Esporte	31	27	87,10%
52000 Ministério da Defesa	323	259	80,19%
53000 Ministério da Integração Nacional	409	135	33,01%
54000 Ministério do Turismo	43	33	76,74%
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	487	175	35,93%
56000 Ministério das Cidades	472	115	24,36%
58000 Ministério da Pesca e Aquicultura	44	28	63,64%
	8316	4436	53,34%



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos



Programação por U.O.

Órgão: 28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

U.O.		2012	2013	2014	2015
28101	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	115.078.600,00	119.880.319,00	125.275.061,00	125.275.061,00
28202	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro	323.198.220,00	337.585.981,00	352.666.067,00	352.666.067,00
28203	Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI	67.593.980,00	70.635.346,00	73.814.010,00	73.814.010,00
28233	Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA	127.064.510,00	132.787.736,00	138.763.038,00	138.763.038,00
28234	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	93.717.361,00	160.430.000,00	170.210.000,00	170.210.000,00
28904	Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC	10.000.000,00	10.449.946,00	10.920.205,00	10.920.205,00
TOTAL		736.652.671,00	831.769.328,00	871.648.381,00	871.648.381,00



Ministério do
Planejamento

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA